



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1005595-22.2018.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI**
Requerente: **Jorge Hudari Neto**
Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

JORGE HUDARI NETO ajuizou ação ordinária contra **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** alegando ser funcionário público vinculado a requerida e a vantagem atinente a adicional por tempo de serviço (quinquênios) não está sendo calculada a com base nos seus ganhos integrais. Postula, assim, a condenação da requerida no pagamento das diferenças devidas. Com a inicial vieram os documentos.

Citada, a ré apresentou contestação. Sustentou, em resumo inexistir incorreção nos cálculos realizados. Requereu a improcedência da ação.

Houve réplica.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

É possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

1005595-22.2018.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

A ação é procedente em parte.

O art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo dispõe: *“Ao servidor público estadual é assegurado o recebimento do adicional por tempo de serviço, concedido no mínimo, por quinquênio, e vedada a sua limitação, bem com a sexta-parte dos vencimentos integrais, concedida aos vinte anos de efetivo exercício, que se incorporarão aos vencimentos para todos os efeitos, observado o disposto no artigo 115, XVI, desta Constituição.”*

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, Lei 10.261, de 28 de outubro de 1968 dispõe: *“Art. 127. O funcionário terá direito, após cada período de 5 (cinco) anos, contínuos, ou não, à percepção de adicional por tempo de serviço, calculado à razão de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento ou remuneração, a que se incorpora para todos os efeitos.”*

Verifica-se, então, que a Constituição do Estado de São Paulo assegura aos servidores públicos sexta-parte, sendo que, uma vez incorporados aos vencimentos, devem compreender todas as vantagens e parcelas que integram a remuneração do servidor, exceto créditos eventuais. As Leis Complementares 901/01 e 432/85 não podem prevalecer sobre a Constituição Estadual. Desta forma, deve incidir a sexta-parte sobre vencimentos integrais. Nesse sentido:

“A dimensão real do vencimento ou remuneração do servidor público não se dá pelo salário-base, mas pelo conjunto das vantagens incorporadas. Não parece razoável defender que o sentido da lei que fixou em 5% o valor do adicional por tempo de serviço tenha sido de limitar a sua incidência a uma parcela [quase] simbólica da remuneração do servidor público, que é o chamado salário-base. Mais compatível com o sentido e a natureza da vantagem é que seja aplicada sobre a remuneração integral do servidor, excetuadas vantagens eventuais, assim consideradas as subordinadas a condições excepcionais e temporárias de trabalho, a fatores aleatórios ou a prazo determinado, e da sexta-parte, que já incide sobre aqueles adicionais” (Apelação nº 9206060-37.2009.8.26.0000 – Rel. Des. RIBEIRO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

DE PAULA).

“SEXTA-PARTE E ADICIONAIS. Incidência sobre todas as verbas não eventuais que compõem a remuneração do servidor público estadual. Inteligência da legislação estadual. Demanda procedente. Recurso provido” (Apelação 803.928.5/8-00, Apelante Nilza Jesus de Souza, Apelada Fazenda do Estado, Voto 2.764, Rel. Des. Edson Ferreira da Silva).

Inicialmente, o Prêmio de Produtividade Médica trata-se de gratificação pro labore faciendo, que depende de situações específicas dos servidores e, por disposição expressa constante no art.17 da Lei Estadual nº 1.193/2013“... *não se incorporará aos vencimentos ou salários para nenhum efeito, e sobre ele não incidirão vantagens de qualquer natureza.*”, de modo que não integra a base de cálculo dos adicionais temporais.

Já a gratificação executiva é verba permanente e deve ser considerada para fins de cálculo de sexta parte. No caso dos autos, conforme se verifica dos “holerites” juntados pelo autor, as gratificação executiva recebida é permanentes e não eventual ou subordinada às condição excepcional ou temporária de trabalho, de forma que a base de cálculo do adicional de sexta-parte deve computar essa vantagem que integra o vencimento do autor.

De fato, as verbas como a gratificação executiva, por configurar verdadeiro aumento salarial, não pode ser considerada eventual, posto que têm caráter genérico e se incorpora aos vencimentos do servidor público paulista, ativos e inativos, de modo que deve ser levada em conta no cálculo da sexta-parte.

Com relação ao adicional de insalubridade, verifica-se que já vem sendo pago sexta parte sobre a verba conforme constante no holerite de fls. 11, pelo o que o pedido improcede nesta parte.

Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE**

1005595-22.2018.8.26.0037 - lauda 3



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

PROCEDENTE a ação para o fim de declarar o direito do autor de receber a sexta-parte incidindo sobre a vantagem denominada "Gratificação Executiva", bem como condenar a requerida a recalcular a sexta-parte, incidindo-se a mesma sobre os vencimentos integrais do autor, inclusive a vantagem acima mencionada, desde a data em que o autor começou a receber a sexta-parte e as vantagens supramencionada, até o limite máximo do valor da causa, sendo que as prestações em atraso deverão ser pagas de uma só vez, com correção monetária, desde a data do vencimento das prestações e acrescidas os juros de mora legais, desde a citação, conforme disposto no artigo 1º-F da lei 9.494/97 com a redação dada pela Lei 11.960/09, nos termos do Recurso Especial nº 870.947.

Diante da parcial procedência, repartem-se as custas e despesas processuais, arcando cada parte com honorários dos seus patronos.

Sentença sujeita a reexame necessário.

P.R.I.

Araraquara, 26 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**